

circular I

combate à  
**desinformação**  
sobre a  
**Amazônia Legal**  
e seus  
**defensores**



**ATENÇÃO!****Este arquivo possui informações sigilosas.**

O conteúdo aqui disponível é a síntese das discussões e encaminhamentos do percurso compartilhado entre as organizações componentes do Projeto. Por isso, não compartilhe este documento fora dos espaços institucionais e atenção ao local de leitura e download do arquivo.

Juntas! Assim seguimos realizando passos importantes na condução da pesquisa e do projeto neste primeiro mês de caminhada. Com alegria, compartilhamos com as organizações as sistematizações breves sobre os acúmulos elaborados coletivamente. Nas páginas a seguir, é possível acessar a síntese das informações sobre **o que estamos propondo por uma concepção amazônica sobre desinformação** e as **questões de pesquisa** elaboradas a partir da experiência ao lançarmos primeiros olhares de monitoramento dos difusores de desinformação.

Boa leitura!

Equipe do Intervezes

**POR UMA CONCEPÇÃO AMAZÔNICA SOBRE A DESINFORMAÇÃO**

Convocar atenção às diferentes nuances assumidas pela desinformação no sul global é uma das fortalezas do relatório “Lidando com os desafios da desordem informacional no Sul Global” que compila os dados de pesquisa coordenada pela Universidade do Cabo (África do Sul) e que analisa as iniciativas de combate a estratégias de promoção de conteúdos enganosos. Com especial atenção à América Latina e ao Caribe, é possível tomar notas que ‘desinformação’ ganha contornos deveras particulares em razão dos lugares sociais onde são praticados e das miradas epistêmicas que modulam os modos de conceituação e de compreensão do fenômeno social.

É justo notar que as formulações que dão corpo às compreensões sobre desinformação em nosso eixo das Américas expressa leituras praticadas nos grandes centros urbanos sob as arestas das vivências permitidas em cidades que integram lógicas

mundializadas em integrações e em contradições. Deste modo, optamos por edificar uma concepção partilhada sobre o que nomeamos por ‘desinformação’ a partir da síntese de leituras e de experiências partilhadas e vividas na Amazônia Legal.

Esta proposição não pretende ser totalizante ou homogeneizar as nuances dos fenômenos de desinformação na Amazônia Legal, mas conferir uma perspectiva possível que é por nós partilhada neste percurso de pesquisa. Admitimos, com esta postura, o desafio em tatear as dinâmicas de desinformação a partir das contradições, dos conflitos, das experiências e das tramas que enredam territorialidades complexas que compõem a Amazônia Legal. Para além de considerar as dimensões sociotécnicas, as relações nutridas conferem dinâmicas particulares a desinformação que convocam atenções para concebermos leituras e compreensões em miradas amazônicas.

Para elaborarmos uma concepção amazônica sobre desinformação, iniciamos percurso de partilhas sobre informações e sobre experiências com conteúdos enganosos na incidência de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais com atuação nos estados do Acre, do Amazonas, do Amapá, do Pará, de Roraima e do Mato Grosso.

Realizamos dois percursos para espraarmos noções sobre desinformação: no primeiro, praticamos um fórum aberto de expressão livre entre coletivos a fim de partilharmos casos e compreensões sobre os contornos e as implicações sociais de conteúdo enganoso; no segundo, as entidades partilharam sínteses a partir das experiências territoriais para responder a perguntas com respostas estimuladas em cenários diversos. Os dois percursos evidenciados embasam o levantamento de experiências particulares que, ao serem articuladas a partir das recorrências e das aproximações, nos permitem tecer uma proposição possível para tatearmos o que chamamos por ‘desinformação’ nesta pesquisa.

Evidenciamos **desinformação** como um fenômeno emergente em meio as disputas de narrativas e que se expressa, por um lado, na elaboração e na propagação de conteúdos enganosos e que tendenciam ao erro; por outro, nas implicações sociopolíticas decorrentes com a circulação das produções. Estas facetas são separáveis apenas analiticamente, pois, nas experiências, é justo notar que estão entremeadas e ocorrem de modo conjunto.

Entendemos que difusores e produções em comunicação são **agentes de desinformação** na Amazônia Legal na medida em que propagam narrativas com

**evidência de manipulação na informação** (75%), com **evidência de notícia falsa** (63%) e com **textos sensacionalistas** (50%). A identificação destes elementos, logo, se constitui em ponto de partida pelo qual posicionamos atenção ao iniciar investigação e monitoramento dos percursos, articulações e movimentações de um dado difusor em relação a uma pauta em debate público.

Estes três apontamentos fundamentam, deste modo, noções pelo qual tensionamos a **credibilidade no difusor de informação** como o principal indicador de desinformação – que, por sinal, é apontada como o principal elemento que convoca (des)confiança para as organizações. A **atribuição de credibilidade** ao difusor está relacionada com a publicização dos **profissionais envolvidos nas produções** (63%), da **política de checagem** (63%) e dos **métodos de elaboração do conteúdo** (50%) que orientam a produção da narrativa, da confiabilidade e da seleção das **fontes acionadas** (50%) nas produções.

Identificamos que os **lugares de acolhida e de circulação** das informações e a **pluralidade de versões** mobilizadas na narrativa se constituem como **indicadores relevantes** para dimensionar desinformação na Amazônia. Em conjunto a eles, nos interessa mirar os difusores em monitoramento para conferir as **aproximações políticas** (75%) que desenvolvem e as **fontes de financiamento** (63%) que angariam porque estas dimensões orientam posturas na orientação narrativa em relação à **promoção de opressões e de discursos de ódio** (88%). Esta última dimensão, no contexto Amazônico, surge para as organizações como o maior indicador de desconfiança em relação aos difusores e aos agentes de desinformação.

Estes apontamentos se constituem em norteadores relevantes porque apontam os rumos a serem trilhados nas etapas seguintes do projeto. É tomando esta compreensão sobre desinformação no contexto amazônico que elaboramos os instrumentais necessários para identificarmos os difusores e os agentes de desinformação que serão submetidos ao monitoramento nesta pesquisa.

## APONTANDO DIFUSORES

Tomando as noções pactuadas sobre o que estamos conferindo por desinformação no contexto amazônico nesta pesquisa, empreendemos um olhar analítico

ao território em que as instituições envolvidas estão inseridas a fim de identificarmos os difusores de desinformação. Para isso, adotamos instrumental que explora respostas estimuladas e de livre formulação a fim de permitir delineamentos sociais, políticos e econômicos que permeiam os envolvidos em contextos de difusão – o que compreende tanto os produtores de conteúdo duvidoso, quanto as plataformas em que circulam.

Encerrado o preenchimento do formulário, alcançamos 62 difusores com atuação nos estados do Pará (27), Amapá (14), Amazonas (10), Mato Grosso (6), Roraima (3) e Tocantins (1) e Acre (1). No mês de junho, adensaremos o olhar para os dados disponibilizados a fim de compilar uma caracterização ampla sobre os perfis dos difusores e das plataformas evidenciadas no corpo amostral indicado pelas organizações.

## LANÇANDO QUESTÕES

Ao elencar o conjunto de difusores que compõem o foco do monitoramento a ser realizado e considerando as impressões iniciais que emergiram nos primeiros contatos com as agências de desinformação praticadas em cada caso, pactuamos os rumos da pesquisa no intento de responder como questão central:

**Quais as dimensões que discursos de ódio e que desinformação assumem em plataformas digitais na Amazônia Legal no contexto brasileiro de polarização política?**

São questões auxiliares:

- Quais articulações políticas e econômicas fomentam a atuação dos difusores?
- Em que termos o modelo de negócio das plataformas favorece a desinformação e o discurso de ódio na Amazônia Legal?
- Em que termos as políticas desenvolvidas no Brasil pelas plataformas em análise contribuem/inibem desinformação e discurso de ódio?